

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

Eles são quilombolas, índios, pescadores, membros de comunidade extrativistas, ou moradores de grandes centros urbanos que vêm ameaçadas suas mínimas condições de vida. O que têm em comum é a disposição para lutar, a vontade de construir uma sociedade digna de todos os brasileiros. E por isso mesmo são perseguidos e ameaçados de morte todos os dias.

A APROPUC e mais uma série de organizações (veja a lista completa na página 3) reuniu no TUCA oito destes militantes, vindos do Maranhão, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Numa atitude extremamente corajosa, eles denunciaram as suas condições de vida, e as ameaças que sofrem em seu cotidiano. A falência de um Estado que promete segurança, mas deixa impunes os mandantes dos crimes, a hipocrisia dos programas de proteção de todas as esferas que "protegem" os militantes muitas vezes com os próprios policiais que executam os crimes.

RELATOS EMOCIONADOS

Na segunda-feira, 8/8, às 16h, a APROPUC trouxe esses militantes para sua sede e apresentou-os numa entrevista coletiva à imprensa que durou cerca de duas horas. Cada um dos participantes falou de suas experiências de luta e suas perseguições por parte das polícias de cada estado, à serviço dos interesses

MILITANTES DE TODO O PAÍS RELATAM PERSEGUIÇÕES EM ATO DA APROPUC

do capital, que ameaçam indiscriminadamente os militantes que ousam questionar a lógica dos grandes grupos financeiros.

À noite, numa cerimônia emocionante, cada um deles relatou suas vivências e as de suas famílias na busca por uma sobrevivência digna. A plateia presente ao TUCA aplaudiu várias vezes, emocionada, cada relato que demonstrava com clareza o quanto estamos longe de um Estado democrático de direito.

Os relatos também denunciaram que por trás da noção de desenvolvimento aplicado no Brasil, se encontram jovens negros morrendo nas periferias, populações inteiras sendo expulsas de suas casas e terras em nome de um progresso restrito as grandes elites, e que segrega as populações historicamente oprimidas.

Ao final do ato, a professora Bia Abramides apontou a necessidade da criação de uma rede para que se tome conhecimento de maneira ampla das atrocidades que se cometem por todo país. A primeira reunião está marcada para 16/8, às 17hrs, na sede da APROPUC.

Nesta semana dedicamos esta edição especial aos relatos deste evento e aos depoimentos de seus participantes. Quem não esteve presente poderá ter uma ideia do evento através dos links http://www.youtube.com/ watch?v=jI5QF0 fEP68 (TV dos Trabalhadores) e http://www. redebrasilatual.com.br/radio/programas/jornal-brasil-atual/encontro-reune-napuc-sp-militantes-ameacados-de-morte/ ?searchterm=puc (Rede Brasil Atual).



A mesa do ato que reuniu militantes de vários estados do país

POLINA ANDRADE

Entidades chamam à construção de uma rede de proteção

"Para criar uma rede de proteção as lutadoras e lutadores de todo país". Essa foi a razão maior elencada pela professora Bia Abramides, presidente da APROPUC, para realização do ato "Erguendo Barricadas! Basta de assassinatos! Nenhum militante a menos".

Ao contrário de outros realizados APROPUC, como no assassinato da missionária Dorothy Stang, nos massacres de Eldorado dos Carajás e Corumbiara, os

quais foram homenagens, esse ato foi para dar visibilidade a luta dos militantes que, como disse Maria Ivete dos Santos, extrativista paraense, "estão marcados para morrer".

A organização do ato contou também com a participação de diversas entidades, entre elas o Tribunal Popular, representado por Givanildo Manoel, que colocou a importância das mobilizações nesse momento, com os grandes eventos como Olimpíadas e Copa do

Mundo e obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), assassinando diversos militantes de esquerda no país, em nome de um projeto de desenvolvimento sustentado por um Estado policial e militarizado.

Do Movimento Indígena Revolucionário, Sassá Tupinambá, enfatizou a opressão ao povo indígena, que há 500 anos vem sendo massacrado no Brasil.

Além disso pontuou que no Brasil se assiste todos os dias ao extermínio

dos lutadores na televisão, como com Chico Mendes, Carandiru, Complexo do Alemão, entre outros.

Movimento Popular Urbano também esteve presente na organização do ato, representado pela militante, Helena Silvestre. Aliando a criminalizacão do campo e da cidade, Silvestre lembrou o grande enfrentamento vivido com a especulação imobiliária, nas favelas e ocupações urbanas, e de como o Estado reprimi a população.

Publicação relata posição das entidades organizadoras

Um caderno especial de 32 páginas foi distribuído aos participantes do ato contra os assassinatos no campo e na cidade. A publicação ressalta a posição das entidades organizadoras em defesa dos militantes perseguidos em todo o país. Entre outros, o caderno traz artigos da APROPUC, Movimento dos Trabaladores Sem Terra (MST) Coletivo 28 de Julho, Tribunal Popular, Luta Popular, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Brigadas Populares - Terra Livre, Movimento Indígena Revolucionário, Intersindical, Diário da Liberdade e Movimento de Luta Contra o Aumento das Tarifas.

Logo no texto de abertura os organizadores ressaltam que "cresce o quadro de assassinatos no país (hoje temos uma lista de mais de 1800 militantes

Enguendo Barricadas! Basta de Assassinatos! Campanha em defesa das lutas e contra a criminalização dos movimentos sociais

ameaçados e na lista dos matadores de aluguel). Somos o terceiro país do mundo que mais encarcera. Temos um processo de destruição dos campos e rios, por desmatamento ou envenenamento. E, por fim, temos o governo brasileiro discutindo uma legislação de segurança nacional que considera os movimentos sociais como terroristas, logo passíveis de criminalização e ação das forças armadas".

Já o texto da APRO-PUC aponta para a semelhança entre os assassinatos no campo e os das cidades: "Os assassinatos e prisões de camponeses são faces da mesma moeda da luta de classes no campo. O mesmo se passa nos centros urbanos. Trata-se de reflexos do capitalismo em decomposição. Está aí porque não há como defender e manter a luta dos pobres do campo pela terra senão defendendo o direito de autodefesa e constituindo um tribunal popular para responder aos crimes dos poderosos."

A publicação está à disposição dos interessados na sede da APROPUC, Rua Bartira, 407, Perdizes.

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira, 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho, 182 -7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - Correlo Eletrônico: pucviva.jornal@uol. com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo Reportagem: Caio Rubens Zinet. Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Partidos, entidades, coletivos: todos apoiando o ato contra os assassinatos

Abaixo divulgamos a relação das entidades que organizaram o ato ou manifestaram apoio à sua organização.

Participam da organização do evento: Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC), MST, Tribunal Popular, Movimento Luta Popular, Terra Livre, Movimento Indígena Revolucionário, Movimento 28 de Junho, Revista Debate Socialista, ENECOS, ENESSO, Sinsprev-SP, Intersindical, CSP-Conlutas, Coletivo DAR, CRESS-SP, ABEPSS Nacional e Sul 2.

Manifestaram apoio ao evento: Reitoria da PUC-SP, através do reitor Dirceu de Mello, Fundação São Paulo através do professor Vidal Serrano, que esteve presente ao ato, curso de Jornalismo da PUC-SP, curso de Servico Social da PUC-SP, Programa de Pós-Graduacão de Servico Social da PUC-SP. Núcleo de Estudos de Pobreza e Desigualdade, Núcleos do curso de Servico Social: Estudo e Pesquisa da Identidade, Estudo e Pesquisa de Ética e Direitos Humanos, Relações do Trabalho, Trabalho e Profissão, Movimentos Sociais, Violência e Justica, Gênero e Raca/Etnia, Saúde e Qualidade de Vida, Ouestão Urbana e Meio Ambiente, Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder da Pós-Graduação do curso de História. Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais do curso de Ciências Sociais, Grupo Construção Coletiva, Grupo Rugido do

Leão, Curso de Jornalismo da PUC-SP. Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC-SP. Centro Acadêmico Benevides Paixão da PUC-SP. Centro Acadêmico de Psicologia da PUC-SP. Centro Acadêmico de Servico Social da PUC-SP, Curso de Serviço Social da Unifesp, Centro Acadêmico de História da USP, AN-DES-SN, Sintrajufe-MA, Unidos Prá Lutar, Grupo Pão e Rosas, Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, Movimento Passe Livre, Centro Acadêmico de História da USP, Centro Acadêmico de Geografia da USP, Grupo Força Ativa, Coletivo Feminsita 3 Rosas, PCB, PSOL, POR, Coletivo Revolutas-PSOL, LER-QI, Esquerda Marxista (PT),

Campo Barricadas Abrem Caminhos, Campo Domínio Público, Rompendo Amarras - Oposição de Esquerda da UNE, DCE-Livre da USP, Associação Nacional dos Torcedores (ANT), Gaviões da Fiel - movimento rua São Jorge, Tribunal Popular, Movimento Luta Popular, Terra Livre, Movimento Indígena Revolucionário, Movimento 28 de Junho, Revista Debate Socialista, ENE-COS, FENED, CONEP, Sinsprey-SP, Intersindical, CSP-Conlutas, Fórum Popular de Saúde, UNEafro, Mandato da deputada federal Luiza Erundina (PSB), Mandato do deputado federal Ivan Valente (PSOL), Rede Ecumênica da Juventude, Blogueiros de Esquerda - Eblog, Movimiento Negro Unificado, Revista Massas.

Moções expressam a solidariedade

Abaixo reproduzimos as moções da Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social, ABEPSS e do Laboratório de Estudos Sobre a Intolerância da FFLCH-USP

"Nós, integrantes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), vimos repudiar veementemente os assassinatos que vêm ocorrendo no campo e na cidade, dentre outros, de Maria e José Cláudio, ambientalistas, e de Adelino Ramos, líder do Movimento Camponês Corumbiara. Estes atos expressam a violência contra trabalhadores do campo, trabalhadores sem terra, assalariados rural, camponeses, indígenas e quilombolas, que vêm com seu sangue pagando o preço por denunciarem a extração ilegal da madeira e defesa do meio ambiente, e indica a brutal criminalização dos movimentos sociais. Segundo levantamento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, dos 71 assassinatos em Rondônia motivados por questões agrárias, a partir de 2001, mais de 90% dos casos permanecem sem punição. Exigimos que estes crimes sejam apurados e que os responsáveis sejam punidos. Exigimos, ainda, a implementação de políticas de fiscalização ambiental e daquelas que garantam direitos inalienáveis à terra, ao trabalho e à vida". ABEPSS

Laboratório de Estudos Sobre a Intolerância da FFLCH-USP

"Na fala de José Cláudio desponta a consciência de que os humanos estão na natureza, são a natureza, são da natureza, as árvores da floresta sendo por ele definidas como nossas irmãs. Essa concepção extrapola a mera consciência do caráter utilitário da floresta e de seus recursos, na medida em que esboça uma percepção bem mais compreensiva a respeito da própria vida. Uma árvore "derrubada" é um ente querido que se vai, observa o líder assassinado. Por isso, a defesa da floresta e de seus recursos por ele conduzida não traduz uma perspectiva imediatista, utilitária. A floresta existe para durar, assim como os que dela dependem e nela se abrigam, mas não se ocultam. José Cláudio foi assassinado porque ousou defender um modo de vida peculiar, antagônico à lógica hegemônica do uso e abuso de tudo e de todos. Por isto, os arautos deste modo de produzir e viver não podem mesmo durar, como também se mostram intoleráveis os que retiram seus recursos diretamente da natureza sem, todavia, degradá-la. Como ousam esses entes miúdos desafiar os que tomam a floresta apenas para si, convertendo-a em madeira, deserto e

ao ato

carvão? Idéias, propostas, pessoas, organizações - enfim, tudo o que se contrapõe à lógica da acumulação capitalista acaba sendo desqualificado, calado, negado, "derribado", pois não se permite que persistam. Para eliminá-las, emprega-se uma violência desmedida, análoga à que se usa para devastar a natureza. Afinal, qual o valor das coisas que não têm "valor agregado" no mercado? Defender os que zelam pela floresta e exigir o fim da matanca dos seus entes vivos - árvores, terra, água, animais, seres humanos - é abraçar uma posição corajosa, feita para durar, pois se estende a todos os seres viventes do planeta, de modo que sejamos todos recobertos de "valor-de-vida".

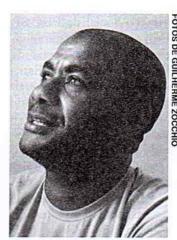
Renato da Silva Queiroz e Zilda Márcia Grícoli Iokoi do Laboratório de Estudos Sobre a Intolerância da FFLCH-USP

NO MARANHÃO, QUILOMBOLAS ENFRENTAM OS GRANDES LATIFUNDIÁRIOS

Manuel dos Santos Costa, 36 anos, morador do quilombo do Charco, no Maranhão, é mais um militante ameaçado de morte por ter tido a ousadia de defender os quilombolas frente aos interesses dos grandes latifundiários. Há seis meses ele precisou entrar no programa de proteção especial para defensores de direitos humanos, após ter sofrido um atentado.

As ameaças começaram, em 2008, após a cerca que divide uma fazenda das terras quilombolas ter avançado o limite do quilombo Charco. Em resposta, os quilombolas procuraram os órgãos responsáveis para que o limite de suas terras fosse respeitado.

No ano seguinte, em 2009, a Fundação Zumbi dos Palmares reconheceu os limites da terra do Charco, mas isso não foi o bastante para conter a ganância dos fazendeiros. Pistoleiros armados invadiram o Charco, no dia 30/10/ 2010, para matar Manuel, que, por sua sorte, não estava em casa no momento do atentado. Já Flaviano, seu companheiro, e também líder do quilombo, não teve o mesmo fim, foi morto com sete disparos, seis tiros na cabeça e um na nuca. As cápsulas são de uma arma calibre 380. de uso exclusivo da Polí-



Manoel dos Santos

cia Militar do Estado.

Após o assassinato, familiares e amigos pediram que Manuel se afastasse do quilombo até que a situação se tranquilizasse. "Não you embora, não you me

deixar intimidar", afirmou Manuel que optou por ficar e enfrentar os latifundiários ao lado dos outros moradores e militantes do Charco.

Do grupo que assassinou Flaviano, cerca de 20 pessoas continuam em liberdade. Manuel também lembrou que existem vários outros quilombos no Maranhão, que assim como o Charco, sofrem com as constantes ameaças dos grandes fazendeiros locais. Para ele, o Estado brasileiro defende os interesses dos latifundiários, em detrimento ao respeito pela cultura dos quilombolas e por toda a história de resistência do povo negro no Brasil.

A LUTA DOS MORADORES DO JARDIM PANTANAL

A história do Jardim Pantanal, na zona leste de São Paulo, ficou conhecida nacionalmente no ano passado quando a área ficou totalmente alagada por meses. Neste contexto, a história que poucos conhecem é a do líder comunitário Ronaldo do Pantanal, que sofre ameaças de morte por ter denunciado a culpa do Estado no desastre.

A primeira responsabilidade do Estado no alagamento foi a não abertura das comportas da barragem da Penha, o que tiraria todos os moradores do sofrimento de viver, literalmente, embaixo d'água. O problema é que se isso fosse feito, a Marginal Tietê, por sua vez, também seria totalmente alagada. No caso, a prefeitura ficou com o "lado do mais forte", e escolheu deixar os morado-



res ilhados, a ter que arcar com os custos políticos de alagar a Marginal Tietê.

Com o fim do alagamento, a prefeitura definiu que as pessoas não poderiam morar mais no Pantanal, pois aquela seria uma área de risco. Em substituição às casas de 5 mil pessoas, seria construído o maior parque linear do mundo. Ronaldo e outros líderes comunitários começaram a mos-

trar que a história de ocupação do local era diferente da versão contada pela prefeitura.

Inicialmente, a extensa área que margeia o rio Tietê foi ocupada por grandes empresas, que se aproveitam do fato de estarem ao lado do rio para desaguar poluentes. Em seguida, o Estado construiu cerca de 300 casas no local e equipamentos públicos como escolas e hospitais. Os últimos a chegarem ao Pantanal foram os moradores que ocuparam terrenos para moradia.

Esta verdade incomodou muito e, em apenas uma noite, 13 pessoas foram mortas pela Polícia Militar. A versão oficial dizia que se tratava de traficantes, que morreram em confronto com a PM, no entanto, a maioria dos

mortos eram importantes líderes comunitários.

Enquanto isso, a prefeitura começou a espalhar a notícia de que Ronaldo era o responsável pelas remoções. "Não queríamos demolir a casa, mas foi o que o Ronaldo pediu", diziam os funcionários da prefeitura, jogando a população contra ele.

Irada, a população foi à casa de Ronaldo tirar satisfações, até que, em um determinado momento, um homem armado também foi a sua casa ameaçando-o de morte. Ronaldo conseguiu evitar o atentado, pois comprovou a sua versão da história com base em documentos. As constantes ameaças fizeram com que o líder comunitário fosse obrigado a se mudar do local.

A CORAGEM DE MARCIA NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

Márcia Honorato é carioca e faz parte do movimento contra a violência no Rio de Ianeiro. Residiu por muitos anos na cidade de Queimados- RJ, na qual trabalhava com moradores e crianças de ruas, em um centro espírita. No ano de 2005, 29 pessoas foram assassinadas, no que ficou conhecida como "Chacina da Baixada". Muitos eram seus conhecidos e a partir desse momento iniciou seu processo efetivo de luta.

Denunciou diversos policiais envolvidos no crime, e muitos deles foram presos. Márcia sofreu muitas ameaças e pressões por parte dos mandantes, inclusive tendo que ir morar fora do país. Foi para Alemanha, onde recebeu dupla nacionalidade, porém não



Marcia Honorato

achava justo sua condição de fugitiva, enquanto aqueles policiais, que eram os verdadeiros criminosos, continuavam livres.

Junto a outros companheiros inaugurou um programa de defesa estatal, para proteção aos defensores dos direitos humanos. Foi a única sobrevivente entre três companheiros que também fizeram parte do programa. Inclusive, um de seus seguranças foi responsável pelo assassinato de uma criança.

A luta de Márcia hoje é para desqualificar autos de resistência, e mostra ainda que os torturadores hoje só mudaram de nome e de roupa, mas a ditadura brasileira continua, e a não abertura dos arquivos secretos contribui para impunidade continuar.

Seu caso foi reconhecido pela Anistia Internacional, para que ganhasse proteção policial. Coloca ainda uma importante constatação sobre o Rio de Janeiro, em que as UPPs não garantem nada, não trazem o fim do tráfico tão propagado por seus governantes e continua com diversas milícias. Para Márcia, "o estado do Rio de Janeiro é uma quadrilha com aval federal".

A ameaça aos negros no Rio Grande do Sul



Onir de Araujo

Onir de Araújo é advogado no Rio Grande do Sul e é mais um daqueles que vive sob ameaça constante. Onir faz parte do Movimento Negro Unificado (MNU). Atua principalmente na regularização fundiária de terras pertencentes a quilombolas.

O carioca, que reside hoje em Porto Alegre, começou a ser ameaçado de morte, através de duas cartas enviadas a seu escritório, quando atuou no caso da defesa do estudante Elder.

O estudante era baiano e estava cursando a Universidade dos Pampas. Uma noite foi agredido – por ser negro e homossexual – por policiais e teve a coragem, de poucos, de denunciá-los.

Assim como Elder, Onir não sabia que estava se envolvendo com uma milícia, que atua não apenas como polícia, mas também como seguranças privados (ou pistoleiros) de latifundiários, como a senadora do DEM (Partido Democratas) Kátia Abreu.

Os latifundiários, os mesmos que no campo ocupam terras de quilombolas, e na cidade serão os grandes beneficiados com os mega projetos da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Em Porto Alegre, milhares de famílias serão desalojadas para atender a demanda de reforma de estádios, além da rede hoteleria para abrigar os turistas

Enquanto Onir luta pelos quilombolas, todos os dias a mídia deslegitima sua luta aceitando o discurso oficial do Estado que os jovens negros mortos pela polícia na verdade, são bandidos e traficantes.

Como exemplo, a mídia utiliza casos de assaltos em bairros nobres para justificar a ação da polícia contra a juventude negra e pobre.

Onir completou ainda, que, "no Brasil real, quem sofre opressão cotidiana é essa população, negra e indígena".

Os ataques do agronegócio aos indígenas do Mato Grosso do Sul

Na luta com seu povo contra a exploração há mais de 500 anos, Eliseu é mais um indígena guarani-kayowá, que todos os dias combate o latifúndio no Mato Grosso do Sul. Traz como principais bandeiras a denúncia dos assassinatos das lideranças, sejam caciques ou professores, e a demarcação das terras indígenas.

A luta no Mato Grosso do Sul é contra os grandes fazendeiros de soja e gado e em suas palavras "lá boi e soja va-

lem mais que uma criança". Ainda segundo Eliseu, existe hoje em seu estado 36 acampamentos indígenas reivindicando demarcação, e no país, 150 lideranças indígenas ameaçadas de morte. Para Eliseu, não adianta matarem um ou dois, pois todos os dias novos indígenas surgem e continuam na luta.

Questionando até quando serão expulsos de suas terras, até quando as lideranças, como ele, terão que semanalmente mudar de local para não serem localizadas pelos capangas dos latifundiários, Eliseu traz não um questionamento, mas uma afirmação.

Para ele, o governo brasileiro é hoje um governo anti-indígena, que está ao lado do latifúndio, e só promete e atrasa a demarcação das terras dos povos originários.



Eliseu Guarani

No Pará, as multinacionais da soja

PERSEGUEM DIRIGENTES SINDICAIS

Um dos principais produtos de exportação do Brasil, a soja, se expande rapidamente por todo o interior do país. A história de seu crescimento, no entanto, é baseada na grilagem de terra e ameaças de morte. Maria Ivete dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA), é mais uma das militantes ameaçadas no estado do Pará por lutar contra o agronegócio.

A história de conflito de Maria Ivete começa em 2000, quando a multinacional Cargill instalou um porto particular na cidade de Santarém para facilitar a exportação de soja. A multinacional, e os grandes produtores de soja usaram as táticas conhecidas, e acusaram os pequenos agriculto-



Maria Ivete dos Santos

res de não possuir a posse de suas terras.

"Junto a chegada da soja na região vieram vários projetos de infraestrutura, como a criação de portos, dando início a um novo ciclo de produção, que antes era ocupado pela agricultura familiar e extrativismo", relembra Maria Ivete. Tamanha foi a pressão que casas foram queimadas para que o espaço da soja fosse garantido na região. Diversas pessoas foram mortas por lutarem. Maria Ivete é constantemente ameaçada de morte. "A regra é: quem denuncia morre", afirmou.

O Estado, como em todos os casos denunciados durante o ato, pouco fez para evitar que em apenas, um mês, seis pessoas fossem mortas por pistoleiros contratados a mando de latifundiários da região.

A região de expansão da fronteira agrícola tem diversos casos de assassinatos impunes, como o de Dorothy Stang, em Anapu, no Pará, quando o Estado brasileiro inocentou os mandantes de seu assassinato.

De acordo com dados

da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1982 e 2008 foram assassinados 687 trabalhadores rurais e lideranças no campo paraense. Apenas 259 casos resultaram em processo criminal ou inquérito policial.

Os dados mostram ainda que, dos 144 processos criminais localizados, apenas 18 resultaram no julgamento de algum acusado, apenas, representando, 12,5% do total. Houve a condenação de apenas nove mandantes e 18 pistoleiros e intermediários. Dos nove mandantes condenados, nenhum deles cumpriu ou está cumprindo a pena estipulada pelo Tribunal do Júri. Estão foragidos ou aguardam julgamento de recurso em liberdade, ainda de acordo com a CPT.

As ameaças da Petrobrás contra os pescadores da baía de Guanabara

Pescador artesanal da baía de Guanabara. Quem vê Alexandre Anderson falando, não imagina que seu nome, assim como de sua esposa, está na lista da CPT (Comissão Pastoral da Terra) dos 30 ambientalistas que mais correm risco de morte.

Alexandre luta contra alguém muito grande, e que para a maioria da população brasileira tem respeito, "responsabilidade ambiental e social": a Petrobras. A estatal que foi criada para que o "petróleo fosse nosso", tem hoje grande parte de acionistas estrangeiros.

Para lutar contra a gigante estatal e seus projetos off-shore, os pescadores da baía de Guanabara criaram a ONG Homens do Mar. Em cerca ocasião, ocuparam um duto por 38 dias e um projeto da Petrobras foi impedido, porém para os pescadores o custo foi muito alto. Um dos fundadores da ONG foi assassinado na frente de sua família, e como Alexandre disse, a resposta à essa violência foi no dia seguinte, estar em frente a Petrobras protestando, pois "continuarão na luta até o último pescador".

O saldo da Petrobras no local não é apenas a poluição e a diminuição dos peixes, como também a redução de 20 mil famílias de pescadores no local para 16 mil. Segundo Alexandre, um novo fenômeno se inaugurou com a chegada da empresa, o



Alexandre Anderson

apartheid da pesca, os refugiados da pesca que acabam indo viver nas favelas cariocas, se envolvem com o tráfico e muitas vezes se tornam alcoolatras e depressivos.

Alexandre sofreu 6 atentados para receber proteção policial. Sua proteção é feita pelo governo estadual, porém, só garantida por uma articulação via movimentos sociais. Seu atendimento é via decreto, e a cada 30 dias pode perder sua segurança por um capricho de um parlamentar.

O local onde residem os pescadores trará os "benefícios" da segunda leva do Pré-sal. Mas a que custo? Alexandre coloca algo muito importante: "Se existe o selo verde, porque não criar o selo de sangue? Para o minério da Vale, para o óleo da Lubrax, para o papel da Aracruz? Qual é o custo desse desenvolvimento?".

ROSANGELA, MILITANTE NEGRA, DENUNCIA A FARSA DOS "PROGRAMAS DE PROTEÇÃO"

Rosângela de Oliveira Abrantes, militante do Movimento Negro Unificado (MNU), é um exemplo de como o Estado "protege" os militantes que ousam enfrentar o grande capital. Ela foi colocada contra a sua vontade em um programa de proteção de testemunhas, após ter sido ameaçada de morte.

Ela resistia a ideia de entrar no programa de proteção, pois familiares seus morreram mesmo "protegidos" pelo Estado.

No início do programa foi encaminhada para Brasília onde fez uma série de entrevistas. Alguns dias depois, novamente a contragosto, foi mandada para a cidade de Belo Horizonte. Rosângela temia que acontecesse com ela o mesmo que ocorreu com outros militantes mortos, mesmo estando no programa de proteção.

Com pouco contato com representantes do programa, Rosângela ficou em um quarto de hotel pago pelo próprio programa e, em seu segundo dia de estada, encontrou uma escuta em seu quarto.

Além disso, Rosângela ficou meses sem poder encontrar seus parentes. Nem mesmo quando quando seu filho de apenas sete anos foi internado com graves problemas de saúde lhe foi permitido voltar a sua cidade natal. Ainda em seu relato, a militante diz ter sido impossibilitada de se tratar adequadamente de um problema grave de saúde, que fazia com que ela tivesse desmaios repentinos. Cansada e com medo, Rosângela fugiu do programa de proteção.

Sobre o medo que sentia, ela afirmou: "posso estar morta amanhã (...), às vezes sinto medo, às vezes não".

O programa, que deveria proteger os militantes de direitos humanos, acabou por aterrorizar ainda mais Rosângela.

Casos como o de Rosângela, e muitos outros, escancaram a hipocrisia dos programas de proteção de todas as esferas de governo que acabam por abandonar as pessoas à própria sorte.

Independente de serem militantes, o Estado que deveria proteger todos os cidadãos, acaba por fazer o contrário se aliando aos interesses de latifundiários.

"Algo gritava dentro de mim, dizendo que eu tinha que lutar", disse a militante durante o ato. Rosângela milita agora em quilombos e em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Ela também é cofundadora da Organização Não Governamental (ONG) Mulheres Campesinas dos Cristais que organiza mulheres quilombolas da região.

Consun aprova critérios para carreira docente

discussão Em uma bastante complexa o Conselho Universitário (Consun), aprovou em sessão extraordinária, no dia 10/8, os critérios para ascensão de docentes na carreira. Há um bom tempo o assunto estava relegado a segundo plano, já que as condições financeiras da PUC-SP obrigavam à prática do chamado represamento, ou seja, docentes que tinham condições de subir de patamar ou ingressar na carreira ficavam nas suas categorias.

Logo de início a Divisão de Recursos Humanos (DRH) apresentou o quadro de vagas da universidade, ou seja, quantas vagas em cada departamento teriam condições de ser ocupadas. Esse quadro revelou que hoje, somente para mestres e doutores, poderiam ser ocupadas regimentalmente cerca de 234,2 vagas. Esse número obedece à proporção introduzida no novo Regimento Interno pela Fundação São Paulo (e aprovada pelo Consun), que prevê 30% de auxiliares de ensino, 25% de mestre, 25% de doutores, 10% de titulares e 10% de associados.

O Conselho de Administração (Consad) já havia aprovado o número de 187 professores que poderiam ascender ou ingressar na carreira dentro da previsão orçamentária. Porém, segundo a DRH, esse número não seria ultrapassado, uma vez que a existência de vagas não significa automaticamente a existência de candidatos aptos para se qualificarem.

ARREDONDAMENTO

Os conselheiros optaram, como primeira providência, a aprovação do quadro de vagas. Logo em seguida surgiu um problema, pois efetuando-se o cálculo percentual em grande parte das vezes surgiam números quebrados, assim ficou acertado que quando o número fracionário fosse igual ou superior a 5 ele seria arredondado para mais, caso contrário para baixo.

A partir daí começou-se a deliberar sobre os critérios propriamente ditos. Depois de muita discussão ficou acertado que todos os processos já aprovados pelo Consun e para os quais já existem vagas regimentais serão enquadrados. Por outro lado existem casos em tramitação nos diversos conselhos da universidade, assim ficou decidido que os casos que chegarem até o Consun de novembro/2011, dentro do limite do vagas ainda existentes, serão aprovados.

Foram aprovados ainda os critérios para desempate, caso existam dois ou mais candidatos em idênticas condições de ascenção à carreira. O principal deles leva em conta o tempo de titulação e não o tempo de casa para saber qual professor tem direito à vaga. A relação de todos os critérios deverá ser publicada pela Reitoria.

Também ficou decidido que aqueles professores remanescentes do
chamado artigo 94, independentemente da limitação orçamentária imposta pelo Consad poderão
ser enquadrados uma vez
que sua ascensão ou entrada na carreira não redundará em ônus financeiro à instituição.

Uma nova sessão do Consun ocorrerá no dia 31/8 e o Consad ordinário em 19/8.

Revista Veja aponta lobista que teria favorecido a Fundação São Paulo

Em sua edição de 12/8 a revista Veja denunciou um esquema de lobby, praticado por Julio Fróes, um senhor que se identifica como professor, jornalista e cientista político. Entre as intermediações que foram identificadas está a Fundação São Paulo, que teria utilizado os serviços do lobista para aprovar um curso que capacita servidores federais para o exercício de suas funções. O programa, que já vinha

sendo executado pela Universidade Federal de Santa Catarina, tem um valor de R\$ 9.100.068,00.

Em nota divulgada pela Fundação São Paulo a entidade afirma que "o Professor Júlio Fróes não é e nunca foi representante da Fundasp."

A Fundação esclarece ainda que "o contrato vem sendo executado com o rigor técnico - acadêmico que é próprio da PUC-SP e que lhe faz gozar de notoriedade entre as universidades brasileiras, nestes 65 anos de sua existência. No âmbito deste contrato já foram qualificados mais de mil servidores. A equipe docente da PUC-SP tem se deslocado por capitais do Brasil para capacitar os servidores, em ação maior do que a contratada".

Ouvido pelo *PUCviva* o reitor Dirceu de Mello afirmou que a PUC-SP está tranquila, pois a aprovação do contrato foi feita rigorosamente dentro

dos parâmetros legais. O curso passou pelos órgãos competentes da universidade e não será paralisado. A ausência de licitação acontece com entidades filantrópicas, mas elas não estão isentas de uma seleção. No caso a PUC-SP concorreu com outras duas universidades.

O escândalo provocado pelo lobista Julio Fróes causou a demissão do secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Milton Ortolan.

FALA COMUNIDADE

Grosso modo: Orgulho heterossexual é coisa de fascista!

Marina Costin Fuser

A Câmara Municipal de São Paulo, na terça-feira, 3/8, aprovou o projeto de lei 294/2005 defendido pelo vereador Carlos Apolinário (DEM) que institui o "dia do orgulho heterossexual". Tenho algumas linhas a dizer sobre isso:

Em sociedades heteronormativas, me parece absurdo festejar o status quo, decaindo vergonhosamente na celebração da homofobia vigente. O mundo é atravessado por relações desiguais de poder, e o sentido da alteridade, que está na base da distribuição díspar de poderes, é construído social e historicamente. O fato de haver uma vontade de igualdade, por si só, não faz com que as barreiras de exclusão desapareçam. Seria preciso derrubá-las.

Lamentavelmente, quem mais se incomoda com a ideia de "minorias" são aqueles que sustentam e reforçam os preconceitos que colocam à margem da sociabilidade certos grupos sociais, com base em diversos critérios de exclusão, como classe, raça, credo, etnia, gênero e orientação sexual. O "minoria" não pode ser medido numericamente, mas pelo grau de exclusão. Não está satisfeito com o termo "minoria"? Invente um melhor. Por falta de palavras, fico

com aquelas que estão aí. Ressignifico, retiro essa aura de um certo humanismo hipócrita que coloca tudo no mesmo balaio de gato. Não por acaso.

Entre os grupos favoráveis a um "orgulho branco" se figuram os Ku Klux Klan, os nazi-fascistas, os eugenistas, entre outros algozes que mandaram negros para a fogueira e campos de concentração. Desde a abolição da escravatura em 1888, ainda não resolvemos a questão racial no Brasil: os negros permanecem na base da pirâmide social e encontram barreiras quase intransponíveis à ascensão social. O machismo vigente ainda deixa em evidência os li-

mites dessa ideia de Brasil-potência, como pivô da América Latina, onde se elege uma presidente mulher, mas os índices continuam escandalizando a opinião pública pela violência doméstica. Indígenas continuam a ser massacrados desde o Brasil colônia. Por fim, a pesar do recrudescimento de crimes homófobos na metrópole paulistana, nossos vereadores ainda têm a cara-de-pau de promover um dia de festa para comemorar a exclusão. E assim se proliferam os ovos da serpente, dando luz a novos e a velhos fascismos.

Marina Costin Fuser é socióloga e pós-graduanda na PUC-SP

Revista Cultura Crítica sobre Saramago chega aos associados

Nesta semana os associados dos APROPUC começarão a receber em suas casas a revista *Cultura Crítica* nº 11, que homenageia a obra multifacetada do escritor português José Saramago.

Saramago, que era comnista e ateu, foi o primeiro autor em língua portuguesa a ganhar o prêmio Nobel de Literatura, em 1998. Outro importante prêmio que ganhou foi o Camões, considerado o mais importante para escritores de língua portuguesa.

A apresentação da publicação ressalta o tom polêmico que sempre esteve presente na carreira de Saramago: "Suas opiniões sobre religião e sobre a luta internacional contra o terrorismo foram muito discutidas, sendo que algumas acabaram resultando em acusações."

O lançamento da revista ocorre no dia 14 de setembro, em local a ser divulgado posteriormente pelo *PUCviva*. Ainda neste semestre a publicação terá sequêncía com um número especial dedicado ao centenário de Adoniran Barbosa e Noel Rosa.



GAUCHE NA VIDA

Estamira, presente!

César Fernandes

Na tarde de 27 de julho de 2011, Estamira Gomes de Souza, mulher negra da classe trabalhadora. catadora de lixo no aterro do Gramacho (Rio de Janeiro) nasceu ao contrário. Tinha 72 anos e morreu cansada, mal cuidada e principalmente: não ouvida (paradoxalmente tão escutada no mundo inteiro). A protagonista do filme que leva seu nome, dirigido por Marcos Prado e lançado em 2004, agonizou por horas no Hospital Miguel Couto, na Gávea, desassistida pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e incapaz - como a imensa maioria dos trabalhadores de comprar sua assistência em um hospital particular.

Os trocadilhos apontam que a razão de sua morte se chama 'septicemia', uma infecção generalizada. Poderiam dizer que por ter transtornos mentais, Estamira deveria ter sido assistida em um asilo, ou um hospital/hospício psiquiátrico para que de lá não saísse e morresse em paz, longe do lixo, das moscas, longe da família, longe daquele mar que lhe era tão importante. Do outro lado, os que acreditam cegamente nos governos, acreditam que a construção da rede de atenção psicossocial substitutiva à lógica manicomial está consolidada, amplificada e atuante. Não desconsideramos os avanços da instalação da rede, determinada pela lei 10216/2001. Mas, como Estamira nos alertou: existe esperteza ao contrário, não inocência.

De toda forma, Estamira passou sua vida em pé, trabalhando, replicando sua existência dentro dum lixão, desatenta aos levantes manicomiais de empresários-da-saúdemental que discorrem trocadilos sobre técnicas arcaicas repaginadas, assistência integral, novos medicamentos, cuspindo cifras. Alheia aos professores de Psicologia que passam o filme nas aulas e todos saem das salas com mal estar, surpresos, com pena. No ano que vem, uma nova turma assistirá sua história. Tudo bem: esta arte nos permite a distância, a contemplação, o não envolverse e o não implicar-se.

Escutamos Estamira e observamos mais uma que sofre numa massa de trabalhadores negros, homens e mulheres que apodrecem todos os dias. Estamira é apenas mais uma entre os milhares de loucos da classe trabalhadora que já não valem mais nada ao sistema do capital e que por isto - e só por isto são jogados no lixo para se confundirem ao inútil e ao descuido nos aterros e favelas do país.

O cinismo deste sistema traveste seu discurso delirante, denunciativo, agressivo e violento em "poesia", "uma forma atí-



pica de expressão", "obra de arte". Esta forma de arte não nos importa. Não queremos lembrar de Estamira apenas quando seu filme recebe mais um prêmio internacional. Acreditamos que não basta lamentar sua morte em cento e quarenta caracteres, num pio. Reivindicamos a vida e obra produzida ao longo dos dias de vida de Estamira. Com todos os seus direitos humanos negados, todos os serviços de saúde de má qualidade, sua péssima condição de moradia, seu trabalho precarizado, a educação negada. Seus e de todos os trabalhadores.

Não nos interessa a mera constatação de que algo vai errado. Interessa a luta pela efetividade da atenção à saúde mental no Brasil. Interessa a consolidação de equipes multidisplinares, a efetivação da reforma psiquiátrica, a redução de danos, a porta aber-

ta nos equipamentos, a defesa intransigente de uma vida digna e sem desigualdade social para todos os trabalhadores. Lutando, honramos Estamira e todos os seus irmãos e companheiros desconhecidos, que nunca estrelarão um filme, mas que também querem visitar o mar.

Estamira! Mulher negra, resistente, trabalhadora! Presente!

César Fernandes é psicólogo militante da luta contra os manicômios e pela construção do socialismo.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Entidades convocam ato de apoio às mobilizações no Chile

Diversas organizações convocaram um ato em apoios às mobilizações dos estudantes chilenos para o dia 17/8, às 17h, em frente ao consulado do país (Avenida Paulista, 1009). Manifestações desse tipo também foram realizadas na Argentina e no Uruguai.

O último grande ato dos estudantes chilenos aconteceu no dia 9/8, e reuniu cerca de 400 mil manifestantes em diversas cidades do país. A principal reivindicação dos estudantes é que seja implementada uma educação que seja de fato pública.

Por um decreto do ditador Augusto Pinochet, a educação pública passou a ser parcialmente paga no Chile. Dessa forma, os estudantes pagam uma alta mensalidade para estudar, cerca de 40% dos estudantes concluem seus cursos com dívidas relativas à mensalidade.

Outra reivindicação é o perdão da dívida de todos os estudantes com as instituições. O movimento ganhado intenso apoio popular, diversos panelaços foram organizados pelo país em solidariedade à reivindicação dos estudantes.

O governo do presidente Sebastian Piñera enfrenta uma queda abrupta de popularidade. Antes do início dos protestos, o índice de rejeição do mandato era de cerca de 60%, enquanto o índice divulgado na última quarta-feira apontou uma rejeição de 79% de seu

Acuado, Piñera se nega a negociar e tem reagido com violência contra o movimento. Há denúncias de que policiais encapuzados se passaram por estudantes, e comecaram a incendiar carros, quebrar vidracas de lojas, em uma clara tentativa de desmoralizar o movimento.

Em entrevista, uma deputada chilena afirmou "mata-se a cachorra, e se acaba com a prole", em ameaça a Camila Valejo, presidente da Federação dos Estudantes da Universidade do Chile. A frase foi dita pela primeira vez por Pinochet ao se referir a esquerda na América Latina nos anos 70.

vencer MST

Novamente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ocupa uma terra grilada e ao invés do Estado auxiliar para ocupação legítima dessa terra, fica ao lado dos em-6/8, 250 famílias ocuparam o no município de Americana, no interior de São Paulo.

Na manhã da sexta-feira, 12/8, ocorreu um ato político no acampamento em defesa da Reforma Agrária e contra a grilagem de terras, e contou a presenca do professor Ariovaldo Umbelino, da Universidade de São Paulo, renomado estudioso do tema.

Estudantes, professores e funcionários da UFPR em greve

Os docentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) aprovaram na última quinta-feira um indicativo de greve, que será confirmada na próxima assembleia marcada para terça-feira.

Caso se confirme a greve, os professores se juntarão a funcionários administrativos e aos estudantes da universidade que já estão em greve.

Os funcionários técnicos administrativos de diversas outras universidades federais estão em greve por todo o país há mais de 70 dias, por aumento salarial, equiparação entre ativos e inativos, entre trabalhadores que exerçam a mesma função e reestruturação de carreiras extintas.

Grileiros poderão mais uma vez

presários grileiros. No sábado, Sítio Boa Vista que tem cerca de 80 hectares de terra. A área pertence ao INSS e está localizada na região do Salto Grande

Mais uma vítima da ausência do Estado

Na madrugada de sextafeira, 12/8, a juíza Patrícia Lourival Acioli, 47, que comandava a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, foi assassinada. A juíza tinha diversos

casos contra policiais militares e era responsável por julgar inclusive os casos de autos de resistência - mortes provocadas pela polícia supostamente em confronto com suspeito - conhecidas popularmente como "queima de arquivo".

Mesmo muito ameaçada, Patrícia não recebia proteção do Estado, assim como muitos outros juízes na mesma situação no país.

Mobilizações crescem também em Londres

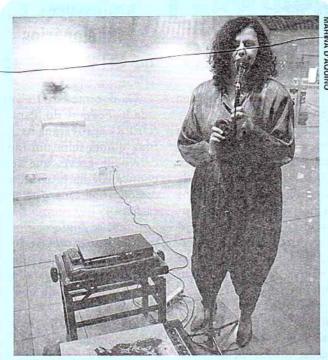
Somando-se às lutas no Chile, Egito e Espanha, a população inglesa, em sua grande maioria jovens, foi às ruas para uma série de protestos. As mobilizações se iniciaram no sábado, 6/8, com uma manifestação pedindo justiça pela morte do jovem Mark Duggan, de 29 anos, que estava em um táxi e morreu durante uma operação policial, em circunstâncias que ainda não foram esclarecidas.

Desde então ocorreram saques a lojas, queima de carros e prédios. A juventude que está protestando está nas ruas pelas condições precárias em que vivem, sem acesso à educação de qualidade ou grandes perspectivas de mudança social.

Só o bairro onde se iniciaram as manifestações, Tottenham, 35% dos jovens estão desempregados. O governo e a mídia vem, sistematicamente, deslegitimando as insurreições, tratando os como vândalos, criminalizando o movimento e colocando um efetivo muito grande de policiais nas ruas.

Toda essa onda de mobilizações é também um pouco do que está por vir nas Olimpíadas inglesas. Assim como no Brasil, o lucro das grandes obras está sendo destinado às construtoras e aos processos de remoção e criminalização da população pobre.

ROLA NA RAMPA



Lucila Tragtenberg inaugura exposição na PUC-SP

Para marcar a inauguração da exposição *O Bagaço da Pintura*, do artista plástico Rogério Rauber, no saguão da biblioteca Nadir Kfouri, na noite de quinta-feira, 11/8, Lucila Tragtenberg apresentou na sua performance *Sound, Pintura-foradapintura*. A partir da interpretação da peça Sound, do compositor

contemporâneo L. C. Csekö, Lucila usa sua voz para interagir com os pigmentos, produzindo uma pintura em movimento, surgindo ao final uma monotipia impressa no papel. O resultado da pintura ficará em exposição até o dia 10/9, de segunda a sábado, no horário de funcionamento da biblioteca.

Pós em Educação comemora 40 anos

Dando sequência às comemorações dos 40 anos do Programa Educação: História, Política, Sociedade, a comunidade universitária da PUCSP é convidada a assistir à mesa redonda: "O Programa por aqueles que o coordenaram", que contará com a participação dos excoordenadores do Programa: professora Dra Mirian Jorge Warde (Unesp) e professor Dr. Dermeval Saviani (Unicamp). O evento ocorrerá no dia 16/8, às 14h, no auditório 239 - 2º andar, campus Monte Alegre.

Debates lembram o dia da fotografia

No dia 18/8, acontecerão dois debates em homenagem ao dia da fotografia, o primeiro começará às 9h, e o segundo às 18h. O evento acontecerá na sala 100 e está sendo organizado pela professora Célia Mello.

AFAPUC elege nova diretoria

Durante o fechamento desta edição estava acontecendo a votação para a renovação da diretoria da AFA-PUC e dos conselhos superiores da universidade. Para a Afapuc somente uma chapa, "Afapuc para todos" se inscreveu, tendo para presidente a indicação de Nalcir Antonio Ferreira Jr. Entre as principais preocupações da chapa estão a procura de um novo espaço para a entidade, uma campanha por um novo Plano de Cargos e Salários com a participação dos funcionários e o combate a situações inadequadas ao ambiente de trabalho dos funcionários da PUC-SP. Na próxima edição estaremos divulgando os números das duas eleições.

Funcionária pede doação de sangue

A Divisão de Recursos Humanos (DRH) informou na última quinta-feira (11/8) que a funcionária do Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC), Maria Bernadete Maciel Correia, conhecida como Berna, está precisando de doadores de sanque. Quem puder fazer

a doação deve comparecer a um dos seguintes locais: Hospital A. C. Camargo (R. Prof. Antonio Prudente, 221, Liberdade) e Clínica do Sangue de São Paulo (Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2.533). Os doadores tem que ter entre 18 e 65 anos, e pesar mais de 55kg.

Evento debate história da Espanha

Entre os dias 18/8 e 31/8 acontecerá uma série de seminários para debater a História da Espanha do século XX, desde a II República até a Ditadura de Franco. Os eventos acon-

tecerão na sala 100. A professora Montserrat Duch Plana, da Universitat Rovira i Virgili, de Terragona, na Espanha é uma das convidadas para a série de debates.

Tribunal Popular lança livro

O Tribunal Popular - O Estado brasileiro no banco dos réus lançou uma publicação, em conjunto com o UNEafro Brasil e o Instituo Rosa Luxemburgo, relatando as seções do Tribunal Popular ocorridas em dezembro de 2008 em São Paulo. Uma das preocupacões centrais da publicação é "difundir a todos os que se preocupam com a questão dos direitos humanos como o Estado brasileiro está organizado de forma a perpetuar uma cultura de violência de classe contra os setores pauperizados da população e aquele que lutam por direitos". A pu-



blicação pode ser encontrada na sede da APROPUC e é distribuída gratuitamente.